



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 134

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 348, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos, e da outras providências.

ATA DA 156ª SESSÃO, EM 12 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRs.: MOURA ANDRADE E GUIDO MONDIN

Às 14 horas e 30 minutos, reuniram-se presentes os Srs. Senadores:

Flavio Brito
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Vicorino Freire
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Argemiro de Figueiredo
José Ermírio
Rui Palmeira
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josphat Marinho
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Marcello de Alencar
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Fernando Corrêa
Milinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1 — Restituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 519-67 (nº de origem 686-67) — Projeto de Lei da Câmara nº 437-B-67

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 71, DE 1967

Suspende, em parte, a execução do art. 12 da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos de decisões definitivas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sessões de 20 e 26 de agosto de 1964, nos Recursos Ordinários em Mandados de Segurança nºs 13.121 e 13.250 respectivamente do Estado de Santa Catarina, a execução do art. 12 da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do mesmo Estado, na parte que se refere ao Imposto de Tabacos e Derivados cobrado sobre movimento econômico resultante de vendas para o exterior.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de outubro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Publicada no Diário do Congresso Nacional (Seção II) de 11-10-67 e que se republica por ter saído com incorreções.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

Nº 74, DE 1967

Nomeia, para cargos vagos de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso público

Artigo único. São nomeados, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno (Resolução nº 2, de 1959), para os cargos vagos de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria Inilda Pessoa, Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, Helvécio de Lima Camargo, Célio Ribeiro Barbosa Silva e Abelardo Gomes Filho.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Nº 96, de 1967, no Senado, que inclui, nas isenções do imposto sobre produtos industrializados, material bélico e aeronaves de uso militar (Projeto que se transformou na Lei nº 5.330 de 11.10.67);

Nº 520-67 (nº de origem 687-67) — Projeto de Lei da Câmara nº 453-B-67 e nº 101, de 1967, no Senado, que inclui na competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, atribuição do extinto Conselho Na-

cional de Economia; projeto que se transformou na Lei nº 5.331, de 11 de outubro de 1967;

Nº 521-67 (nº de origem 688-67) — Projeto de Lei da Câmara nº 423-A-67 e nº 92, de 1967, no Senado, que dispõe sobre o arrendamento de áreas aeroportuárias às empresas e pessoas físicas ou jurídicas ligadas às atividades aeronáuticas (Projeto que se transformou na Lei nº 5.332 de 11 de outubro de 1967) e

Nº 522-67 (nº de origem 689-67) — Projeto de Lei da Câmara nº 789-B-63 e nº 330, de 1965, no Senado, que exige o atestado de vacinação contra a poliomielite para a concessão de visto consular, das crianças de 3 (três) meses a seis anos de idade (Projeto que se transformou na Lei nº 5.333, de 11.10.67).

MENSAGEM

Dr. Sr. Presidente da República, referente à comunicação de veto, nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 518, de 1967

(Nº 685-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara nº 4.052 de 1962 (no Senado nº 150 de 1965) que fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao serviço público federal por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

A finalidade dos concursos, exigidos pela Constituição para provimento de cargos públicos é a de selecionar candidatos mais aptos para preencherem vagas em cada época de recrutamento.

Atualmente, sendo adotada a média 60 (sessenta) como mínimos parcial e global, o número de candidatos aprovados tem sido

superior ao número de cargos, objeto de licitação em cada caso.

A redução da média parcial sessenta para quarenta e global cinquenta acarretará uma elevação de 34 % (trinta e quatro por cento), do índice de aprovações, importando em aumentar o número de candidatos em expectativa de se tornarem funcionários públicos federais, contra as reais necessidades e possibilidades de ampliação dos quadros de servidores públicos.

No momento, vigorando a média mínima sessenta para aprovação, já existem sessenta mil candidatos aprovados, aguardando nomeação. A redução da média, por outro lado, viria permitir o ingresso no serviço público de candidatos menos aptos, com inevitável prejuízo para a Administração.

Ainda assim, a prorrogação indistinta de todos os concursos por dois anos constitui também medida altamente desaconselhável e contraria o atual sistema de seleção, prejudicando gerações profissionais mais jovens lançadas a cada ano no mercado de trabalho.

São estes os motivos que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, os quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 11 de outubro de 1967.
— A. Costa e Silva.

PROJETO VETADO

Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao serviço público federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É fixado em 40 (quarenta) pontos, por matéria, e em 50 (cinquenta) pontos, como média geral, o grau mínimo de aprovação em concurso para ingresso no Serviço Público da União.

Art. 2º São prorrogados, por mais 2 (dois) anos, contados da vigência desta Lei, os prazos de validade, ainda não prescritos dos concursos já homologados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RESPOSTAS A REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

1 — Do Ministro das Comunicações (Avisos de 6 do mês em curso):

Nº 332 de 1967 — com referência ao Requerimento número 726 de 1967, do Senhor Senador Lima de Mattos.

Nº 336 de 1967 — com referência ao Requerimento número 674 de 1967, do Senhor Senador Desiré Guarani.

2 — Do Ministro do Interior (Aviso de 9 do mês em curso):

Nº BSB/256 de 1967 — com referência ao Requerimento nº 760 de 1967, dos Senhores Senadores Desiré Guarani e Adalberto Sena.

3 — Do Ministro da Viação e Obras Públicas (Aviso de 10 do mês em curso):

Nº 689/GM de 1967 — com referência ao Requerimento nº 287 de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Tórres.

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

1 — Solicitação de retificação em autógrafos:

Nº 3.498, de 11 de outubro de 1967, solicitando retificação do artigo 4º dos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 455-B de 1967, que dispõe

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALFERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.

2 — *Comunicações do pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposições à sanção:*

Nº 3.490, de 11 do mês em curso — com referência à aprovação de emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 353-D, de 1967, na Câmara e nº 87, de 1967, no Senado, que dispõe sobre a aplicação da multa prevista pelo artigo 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965). Projeto enviado à sanção em 11 de outubro de 1967.

Nº 3.500, de 11 do mês em curso — com referência à aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 427-B, de 1967, e nº 90 de 1967, no Senado, que prorroga, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras b e c do item I do artigo 1º da Lei nº 1.622, de 3 de maio de 1965. Projeto enviado à sanção em 11 de outubro de 1967.

OFÍCIOS:

Do Senhor 1º Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos de lei:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, de 1957

(Nº 10/B-67, NA CÂMARA)

Aprova a Emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, de 1967

(Nº 22/B-67, NA CÂMARA)

Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de novembro de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de

17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 1967

(Nº 607/A-67, NA CASA DE ORIGEM)

Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), com a nova redação dada pelo artigo 22 do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

PARECERES

Pareceres ns. 682 e 683, de 1967

PARECER Nº 682, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto de lei do Senado nº 55, de 1967, que altera a lei de sonegação fiscal.

Relator: Senador Josaphat Marinho.

De autoria do nobre Senador Desiré Guarani, o projeto ora examinado acrescenta item ao artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965. O aditamento visa a considerar procedimento condenável.

"exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal".

Na justificativa, o Autor salienta que "a legislação de incentivos fiscais é grandemente benéfica às regiões ou aos setores a que se destina, no sentido de incrementar a aplicação de recursos fiscais em empreendimentos econômicos a cargo da iniciativa privada." Acrescenta, porém, que estão sendo observados abusos e distorções prevalecendo a "ganância imediata", "com desrespeito completo à observância das condições técnicas do projeto

escolhido para aplicação dos incentivos fiscais", o que resulta em graves prejuízos à Amazônia e ao Nordeste.

Para coibir, ao menos em parte, esta sonegação profundamente prejudicial à Amazônia e ao Nordeste — conclui o autor — é que pretendemos, com esse projeto, caracterizar como criminosa, para os efeitos legais, a medida de desvio irregular dos incentivos fiscais".

O dispositivo proposto harmoniza-se com o sistema da lei, a que se refere o projeto. Define mais um crime de sonegação fiscal.

Se convém o acréscimo, tendo em vista os fatos arguidos, é decisão que cabe à Comissão de Finanças, já designada também para opinar sobre a matéria.

Assim, considerado sob o ângulo constitucional e de técnica e política jurídica, não há impedimento ao curso do projeto.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Antônio Carlos. — Antônio Balbino, pela aprovação, por nos parecer, quanto ao mérito também, que é matéria da competência da Comissão de Justiça. — Menezes Pimentel. — Alceu de Carvalho. — Carlos Lindemberg.

PARECER Nº 683, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado número 55, de 1967, que altera a Lei de sonegação fiscal.

Relator: Senador Leandro Maciel.

Com o presente Projeto, o Senador Desiré Guarani objetiva eliminar, pelo menos em parte, duas atitudes que considera "profundamente prejudiciais à Amazônia e ao Nordeste". Ele cita o que procura definir como crime de sonegação fiscal.

a) a elaboração de projetos para simples captação de recursos do imposto sobre a renda, qualquer que seja a comissão de retorno exigida pelo contribuinte que que rapinas utilizarem de uma nova forma de sonegação, para fugir ao pagamento do que é devido ao Erário; ou

b) a criação de dificuldade à impletação dos projetos técnica e financeiramente bem elaborados, e que por isso mesmo não se sujeitam ao pagamento, sem recibo, de uma porcentagem, que já atinge a 20 % (vinte por cento) ou mais da parcela do imposto de renda deduzida como incentivo fiscal.

Inevavelmente, a denúncia do Senador Desiré Guarani deve ser encarada com seriedade e, por si só, constitui motivo de aprovação da proposição, que visa eliminar vícios e fraudes dos que, além de serem beneficiados com as deduções do imposto de renda, utilizam a generosidade do Poder Público para auferirem maior lucro.

Ora, quando a Lei concede estímulos fiscais às regiões menos desenvolvidas do País, e concede ao empresário nacional oportunidades e atrativos fiscais, deseja, em contrapartida, contar com a colaboração da iniciativa privada, no sentido de auxiliar o Poder Público, na obra de eliminação dos desníveis sociais e econômicos existentes.

E, quando o benefício passa a ser objeto de distorções, evidentemente cabe repressão aos abusos e punição aos que, insaciáveis, buscam lucros ilegais.

Considero, porém, conveniente modificar a Emenda, que passaria a ter a seguinte redação:

"Acrescenta dispositivo ao artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965 que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

Opino pela aprovação do Projeto em ame, com a alteração sugerida.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Leandro Maciel, Relator. — Paulo Sarasate. — Antonio Carlos. — Clodomir Millet. — Arios Lindemberg. — Adolpho Anco. — João Cleofas. — Fernando Wreá.

Pareceres ns. 684 e 685, de 1967

PARECER Nº 684, DE 1967

Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1967 (nº 41-B de 1967, na Câmara), que revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

O Senhor Deputado Vasco Filho, a de março do ano em curso, apresentou o projeto em tela, que na Câmara dos Deputados tomou o nº 41 de 7, revogando o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

Justificando o projeto, seu autor escreve que o artigo 7º do Decreto-lei nº 142, choca-se com o artigo 8º, inciso X da Constituição em vigor, porque, enquanto este determina que compete à União estabelecer o Plano Nacional de Viação, o primeiro passa a atribuição ao Conselho Nacional de Transportes.

Chama ainda a atenção para o fato de que, também a Constituição de 66, artigo 5º, inciso X, dava essa competência à União, pelo que o referido diploma fica contra a técnica relativa e não demonstra qualquer tipo prático ou de interesse nacional que o justifique.

Naquela Casa do Congresso a Comissão de Constituição e Justiça aprovou um substitutivo que mereceu a aprovação da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e Plenário, vindo a esta Casa no dia último.

que pretende o Projeto é a revogação pura e simples do Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, reelecidas, em todos os seus termos disposições das leis 4.592, de 29 de dezembro de 1964 e nº 4.90, de 17 de dezembro de 1965.

Essencialmente entendo que essa propensão é necessária e imperativa, do em vista os bons resultados que sistema adotado pela Constituição ante vira, há anos, conseguindo.

essa Comissão, no entanto, caberia, falar sobre a constitucionalidade e juridicidade da proposição que, tais aspectos, é perfeita. A iniciativa somente revoga um Decreto-lei não infringindo qualquer norma da Constituição.

Na das Comissões, em 20 de setembro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Carlos Lindemberg, Relator. — Antonio Carlos. — Antônio Pina, vencido quanto à preliminar não saber à Comissão de Justiça falar sobre a matéria ex-vi do art. 86, alínea c, inciso II, nº 2 do Ato Interno — Menezes Pimenta. — Aloysio de Carvalho, vencedor, por entender que, na forma do Ato Interno do Senado, a proposição, sobre a qual falou a Comissão de Justiça da outra Casa, deveria vir, de ofício, a essa Comissão.

PARECER Nº 685, de 1967

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1967 (nº 41-B de 1967, na Câmara), que revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

Relator: Senador Lino de Mattos.

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Vasco Filho, visa a revogar o Decreto-lei nº 142 de 1967 (artigo 1º), que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional, na medida em que este ato conflita com o inciso X, do artigo 8º, da Constituição de 67.

Com efeito, a Constituição reza:

"Art. 8º Compete à União:

X — estabelecer o plano nacional de viação."

Diz o Decreto-lei nº 142-67:

"Art. 7º O Plano Rodoviário Nacional será revisto de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, cabendo ao Conselho Nacional de Transportes, orientado por proposições do Conselho Rodoviário Nacional, proceder a tal revisão". Como o Plano Rodoviário é parte integrante do Plano de Viação, verifica-se que o Decreto-lei, atribuindo a revisão ao Conselho Nacional de Transportes, exorbitou da competência estabelecida na Constituição.

Por via de consequência, foi incluído o artigo 2º na proposição em exame, visando a restabelecer a vigência das Leis nºs 4.592 de 1964 e 4.906 de 1965, as quais tratam sobre matéria idêntica.

Este é o motivo pelo qual opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — Lino de Mattos, Presidente em exercício. — Carlos Lindemberg, Relator. — Petronio Portela.

Parecer nº 686, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1967 (nº 202-D, de 1967 — Câmara), que dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame da Ordem.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

O Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1967 (nº 202-D, de 1967, na Casa de origem) assegura aos alunos das Faculdades de Direito, oficiais ou fiscalizados pelo Governo Federal, matriculados, ou que venham a matricular-se até o ano letivo de 1968, na 4ª e 5ª séries do curso de Direito, o direito à inscrição, na Ordem dos Advogados do Brasil, na categoria de Solicitador Acadêmico, ficando dispensados dos requisitos de estágio profissional e de Exame de Ordem para ulterior admissão nos quadros da entidade.

O texto assim aprovado pela Câmara resulta de emenda substitutiva de plenário a projeto pelo qual o Deputado José Benício concedia a dispensa daquelas formalidades para inscrição na Ordem dos Advogados aos estudantes que houvessem sido promovidos, no ano letivo de 1966, à 4ª série do Curso de Direito, e estivessem, portanto, matriculados, neste ano de 67, nessa série. O substitutivo pretende a concessão aos atualmente matriculados na 3ª série e que serão promovidos a esta série, no ano futuro, quintanistas. Ficam assim uns

e outros beneficiados pela mesma execução.

Como se sabe, a lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados e regula o exercício da profissão, criou, para a inscrição no quadro de Advogados, o requisito de comprovação do exercício e resultado do estágio ou de habilitação no Exame de Ordem (artigo 48, item III). Com o seu diploma de bacharel ou doutor em Direito o candidato à inscrição na Ordem requereria o estágio de prática profissional, fazendo prova de estar matriculado no 4º ou 5º ano de Faculdade de Direito; de estar matriculado em curso de orientação de estágio ministrado pela Ordem ou por Faculdade de Direito e de haver sido admitido como auxiliar de escritório de advocacia existente há mais de cinco anos, de Serviço de Assistência Judiciária e de departamentos jurídicos oficiais ou de empresas idôneas (artigo 50, itens I a IV). Como o estágio para a prática profissional tivesse a duração de dois anos (parágrafo único do mesmo artigo 50), o artigo 151 do Estatuto dos Advogados resalvou que durante três anos a partir da vigência da lei seriam facultativos aqueles requisitos de estágio profissional e do Exame de Ordem, e mais, que nos dois primeiros anos desse prazo seria permitida, em caráter excepcional, a inscrição na Ordem, como Solicitador Acadêmico, aos que provassem estar matriculados na 4ª ou 5ª série jurídica.

Sendo de 1963 a lei esgotou-se, já, o prazo, para qualquer das duas consequências. Daí a razão do presente projeto, atendendo-se a que ainda não foram criadas aquelas condições, previstas na mesma lei, indispensáveis para o perfeito funcionamento do estágio profissional, dentre as quais a do curso de orientação ministrado pela Ordem ou por Faculdade de Direito.

A diversidade de prazo, estabelecida pelo referido artigo 151, de três para dois anos, entre a vigência da obrigatoriedade do estágio e exame da Ordem e a extinção da antiga categoria de solicitador-acadêmico, veio a atingir exatamente, como se ressalta na justificativa do projeto, os alunos que no ano letivo de 1966 foram promovidos à 4ª série do curso de Direito. Se a lei houvesse dado igual tratamento nos dois casos — acrescenta-se — a esses alunos caberia o direito à inscrição no quadro de solicitador-acadêmico. A proposição assegura tal direito, estendendo-o aos que no ano letivo de 1968, estiverem matriculados na 4ª série, o que é providência de equidade, merecedora de aprovação.

De resto, nenhuma eiva de inconstitucionalidade atinge o projeto, pelo que somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Rui Palmeira. — Josaphat Marinho. — Wilson Gonçalves. — Petronio Portela. — Antônio Balbino.

Parecer nº 687, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento número 636, de 1967, do Senhor Senador Carlos Lindemberg, que solicita um voto de congratulações com os dirigentes, funcionários e operários da Companhia Vale do Rio Doce, pelo transcurso do seu Jubileu de Prata.

Relator: Senador Bezerra Netto.

PARECER DO RELATOR

1. Pelo transcurso do 15º aniversário do funcionamento da Companhia Vale do Rio Doce, o eminente Senador Carlos Lindemberg, propôs que o Senado se manifestasse com um voto

de congratulações ante o evento, endereçado aos seus dirigentes, funcionários e operários.

2. No requerimento o ilustre representante do Espírito Santo, que fez em plenário notável intervenção sobre a existência e os méritos dessa sociedade de economia mista, com evidente conhecimento de causa, aduz que se transmita ao atual Presidente, o Professor Antônio Dias Leite Filho, "a nossa certeza de que, sob sua orientação, a Companhia atingirá em breve a almejada meta de exportação de 70 milhões de toneladas de minério de ferro."

PARECER DO RELATOR

3. A proposição escuda-se perfeitamente no artigo 218 do Regimento Interno. No seu mérito ele se impõe à nossa aprovação. A Companhia Vale do Rio Doce é um exemplo que persiste a desmentir quantos duvidam da capacidade do homem brasileiro de, com seu trabalho e sua técnica, criar riquezas e fazê-las influir positivamente no balanço nacional. A sociedade em apreço tem servido também para testar, e não deixar restrições, a competência do administrador brasileiro. A sua frente tem passado notáveis e proficientes chefes, sendo credor de todas as nossas homenagens o atual Presidente, o economista Dias Leite.

Brasília, 11 de outubro de 1967. — Senador Bezerra Netto.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, conhecendo o parecer do Relator, opina pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Netto, Relator. — Aloysio de Carvalho, pela conclusão. — Rui Palmeira. — Wilson Gonçalves. — Petronio Portela. — Antônio Balbino. — Josaphat Marinho.

Parecer nº 688, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 17-P-MC, de 1967, do Supremo Tribunal Federal, relativo à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 595, de 3.4.64, do Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador Josaphat Marinho.

RELATÓRIO E PARECER

O Presidente do Supremo Tribunal Federal oficiou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 45, inciso IV, da Constituição, ter sido declarada inconstitucional a Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, nos termos do acórdão proferido nos autos da representação nº 688, datado de 3 de maio de 1967.

Segundo o relatório, o Procurador-Geral da República,

"acolhendo provocação de Braz Richartz e outros, cidadãos residentes na localidade de 'Agrônômica', no Estado de Santa Catarina, representou ao Egrégio Supremo Tribunal, na forma da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964, e art. 8º, parágrafo único da Constituição de 1946, arguindo a inconstitucionalidade da Lei Estadual número 959, de 8 de abril de 1964, criadora do Município de Agrônômica, cujo território foi desmembrado do Município do Rio do Sul. — A inconstitucionalidade estaria em que o novo município foi feito ao arripio da Constituição do Estado (artigos 96, I e 98, parágrafo único) e art. 5º, nº I, da Lei Orgânica dos Municípios, sem possuir condições mínimas neces-

sárias à sua própria administração e com um nível populacional muito inferior àquele exigido pela lei. Dessa forma a lei ofenderia ao princípio da autonomia municipal de Rio do Sul, compreensiva também de seu território, princípio consagrado pelo art. 79, VII, e, da Constituição de 1946.

Resumindo o caso apreciado, no voto em que acolheu a representação, observou o Relator, Ministro Pedro Chaves:

"Como salienta o eminente representante, a falta de condições exigidas expressamente pelas leis locais, para criação de novos municípios, vicia de tal forma a lei que viola a autonomia do município desmembrado. Nesse sentido, tem sido a jurisprudência do Supremo Tribunal. Quero lembrar, entretanto, que o Egrégio Plenário julgou improcedente a representação nº 684, Relator o eminente Ministro Evandro Lins (R. T. 38-49), mas assim decidiu por falta de provas. — Aqui, na espécie, embora se tratem de municípios do mesmo Estado, desmembrados do mesmo núcleo, a situação a mim me parece diferente, pois nem impugnação houve por parte da Assembleia que deixou de prestar informações, como existe prova de que o distrito de Agronômica contava apenas com quatro mil habitantes em 1960, não sendo assim provável que atingisse a 10 mil, já em princípios de 1964. — Saliento, ainda, que no caso da criação do município de Aurora, o eminente Ministro Evandro Lins deixou claro que a iniciativa tinha sido da própria Câmara Municipal de Rio do Sul, pela resolução nº 56, de 15 de outubro de 1963, circunstância a que se apegou a Assembleia Legislativa em suas informações. — Neste caso, repito, a Assembleia nem prestou informações solicitadas".

PARÊCER DO RELATOR

Em face desse voto, que se converteu em decisão por pronunciamento unânime, observado o quorum previsto no art. 111 da Constituição, é evidente que cabe a suspensão de vigência da lei, na forma do art. 45 IV, já citado, baixando o Senado a respectiva resolução, nos termos do projeto ora apresentado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80, DE 1967

Suspende a vigência da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos da representação nº 658, a vigência da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, criadora do Município de Agronômica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 11 de outubro de 1967. — Senador Josaphat Marinho.

PARÊCER DA CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça, apreciando o parecer do Relator, opina pela suspensão da vigência da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, nos termos do projeto de resolução apresentado.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente — Josaphat Marinho, Relator — Alcydio de Carvalho — Rui Palmeira — Wilson Gonçalves — Petrólio Portela — Antônio Balbino — Bezerra Neto.

PARÊCER Nº 689, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 98, de 1967 (nº 442-B, de 1967), que concede pensão especial aos doutores Orozimbo Corrêa Neto e Espiridião Gabinio de Carvalho, ex-médicos da Comissão Rondon e de outras providências.

Relator: Senador Bezerra Neto.

RELATÓRIO

1. Pela mensagem nº 572-67, o Senhor Presidente da República submeteu à deliberação legislativa o presente projeto de lei, pelo qual é concedida aos doutores Orozimbo Corrêa Neto e Espiridião Gabinio de Carvalho, ex-médicos da antiga Comissão Rondon, a pensão especial de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos). Determina o parágrafo único do artigo primeiro que, com o falecimento do beneficiário, a pensão reverterá, exclusivamente, em favor do cônjuge sobrevivente.

2. A despesa decorrente da execução correrá à conta dos recursos próprios destinados a pagamento de pensionistas da União e consignados ao orçamento do Ministério da Fazenda.

3. O projeto é enviado à Comissão de Constituição e Justiça para que seja apreciada emenda oferecida na Comissão de Finanças, pelo eminente Senador Aurélio Viana, que sugere nova redação ao parágrafo único do artigo primeiro, na seguinte forma substitutiva: "Parágrafo único — Com o falecimento do beneficiário, a pensão reverterá em favor do cônjuge sobrevivente ou filhas solteiras".

PARÊCER DO RELATOR

4. A emenda é de manifesta constitucionalidade e seu autor, na justificativa, informa que um dos beneficiários faleceu enquanto tramava o projeto, deixando filhas solteiras em dificuldades materiais.

Opinamos pela aprovação nos termos da seguinte subemenda substitutiva:

"Parágrafo único: Com o falecimento do beneficiário, antes ou depois, da vigência da presente lei, a pensão reverterá em favor do cônjuge sobrevivente ou filhas solteiras comprovadamente pobres".

Brasília, 11 de outubro de 1967. — Senador Bezerra Neto.

PARÊCER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça acolhendo o parecer do Relator, aprova a emenda nº 1-CF nos termos da subemenda acima mencionada.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator — Alcydio de Carvalho — Rui Palmeira — Antônio Balbino — Petrólio Portela — Josaphat Marinho.

PARÊCER Nº 690, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-67, na Câmara), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 (Anexo 4.00.00 — Poder Judiciário).

Relator: Senador Bezerra Neto.

O presente anexo ao Projeto de Orçamento para 1968 atribui recursos ao Poder Judiciário, no montante de NCr\$ 140.381.940,00 (cento e quarenta milhões trezentos e oitenta e hum mil novecentos e quarenta cruzeiros novos).

É a cifra exata que figura na Proposta Orçamentária do Poder Executivo, de que se originou o projeto em estudo.

A Câmara aprovou o anexo de que estamos tratando com pequenas alterações, decorrentes de emenda da Comissão de Orçamento, do seguinte teor:

Onde se lê:

113.1.0141 — Aquisição de Prédios — 6.440.000

Leia-se:

113.1.0141 — Aquisição de Prédios (São Paulo — Campinas — Jundiaí — São Carlos — Americana — Limeira e outros) — 6.440.000.

O acréscimo de despesas, relativamente ao total de recursos destinados ao Judiciário no corrente exercício, atinge NCr\$ 59.083.160 (cinquenta e nove milhões oitenta e três mil cento e sessenta cruzeiros novos).

Todos os órgãos de que se compõe o Poder Judiciário receberam em 1968 quantitativos maiores do que os que lhes foram atribuídos em 1966; o acréscimo menos significativo é o referente à Justiça Federal de primeira instância.

O aumento acima mencionado pode ser levado à conta dos seguintes fatores:

1) O número de Ministros do Supremo Tribunal Federal foi acrescido de 11 para 16;

2) O Tribunal Federal de Recursos também teve sua composição ampliada de 9 para 13 Ministros;

3) O Tribunal de Justiça do Distrito Federal igualmente teve o número de seus desembargadores aumentado;

4) Despesas essas três Tribunais decorrentes de pessoal e material para fazer face às circunstâncias acima referidas;

5) O aumento dos funcionários civis e militares, estendido ao pessoal do Judiciário;

6) Instalação de novas juntas na Justiça do Trabalho;

7) O aumento do custo de vida que se reflete na aquisição de material;

8) O Tribunal Federal de Recursos está construindo sede própria, face à extinção do atual.

Desnecessário encarecer a alta significação do Poder Judiciário na organização de qualquer Estado. No Brasil é dos Poderes que mais têm contribuído, com suas decisões decisivas, para a consecução da justiça e da estabilidade social, tão necessárias ao nosso progresso.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente Anexo.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Carlos Lindenberg — Clodomir Millet — João Cleofas — Antônio Carlos — Adolpho Franco — Fernando Corrêa.

PARÊCER Nº 691, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500/67, a Câmara), que estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 (Anexo 5.00.00 — Subanexo 5.01.00 — Presidência da República).

Relator: Sr. Clodomir Millet

O presente Anexo do Projeto de Orçamento para 1968 consigna recursos à Presidência da República no total de NCr\$ 158.848.436 (cento e cinquenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e trinta e seis cruzeiros novos).

Observa-se que esse montante é exatamente o que figura na Proposta do Poder Executivo, de que se originou o projeto em pauta.

Verifica-se ainda que houve nas dotações da Presidência para 1968, comparadas com as de 1967, diminuição da ordem de NCr\$ 2.249.073 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil e setenta e três cruzeiros novos).

A explicação de tal fato decorre naturalmente da Reforma Administrativa através da qual vários órgãos que antes integravam este Anexo foram redistribuídos por outros Ministérios, podendo-se mencionar, por exemplo, entre outros, o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que foi transferido para o Ministério das Comunicações.

Cumpre acentuar ainda a ocorrência de pequeno equívoco na colocação das parcelas do Estado-Maior das Forças Armadas — Natureza das Despesas. A proposta engloba 3 parcelas no local correspondente a Pessoal Civil, quando o correto seria separar a última de 65.000 que corresponde a Pessoal Militar.

É de ressaltar ainda que, na Câmara se fez ligeira alteração na dotação destinada à construção de residências em Brasília a qual foi desmembrada em 2 parcelas, uma de NCr\$ 5.000.000 e outra de NCr\$ 2.000.000, a primeira para construção de residências em Brasília e a segunda para construção de residências no Hospital do EMCA — sem modificação no quantitativo total que permanecerá o mesmo (NCr\$ 7.000.000).

Convém destacar que, neste subanexo estão incluídos os órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, inclusive o Ministério do Planejamento, que elaborou a proposta orçamentária, agora, sob exame do Senado.

Isso posto, a Comissão se manifesta favoravelmente ao Subanexo em tela.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Clodomir Millet, Relator — Fernando Corrêa — Leonardo Maciel — Adolpho Franco — Carlos Lindenberg — Bezerra Neto — João Cleofas — Antônio Carlos.

PARÊCER Nº 692, de 1967

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 105, de 1967 (nº 500-P 57 da Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968.

Anexo 5.00.00 — Poder Executivo. Subanexo 5.01.00 — Ministério da Marinha.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

O presente subanexo 5.11.00, do Anexo 5 — Poder Executivo — fixa a Despesa da União, para o exercício de 1968, no que tange ao Ministério da Marinha.

As dotações incluídas na rubrica "Despesas Correntes — Custeio e Transferências" — mostram, em relação com as de idêntica natureza constantes do Orçamento em vigor, que, para o exercício de 1968, haverá um acréscimo de NCr\$ 114.156.347 (cento e quatorze milhões, cento e cinquenta e seis mil e trezentos e quarenta e sete cruzeiros novos), verificando-se que os referidos quantitativos estão representados, respectivamente, em NCr\$ 428.355.947 (quatrocentos e vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e sete cruzeiros novos) e NCr\$ 314.199.600 (trezentos e quatorze milhões, cento e noventa e nove mil e seiscentos cruzeiros novos).

Essa diferença se verifica principalmente em consequência do atendimento a obrigações legais, nas áreas relativas aos programas de pessoal, dentro das rubricas de Custeio e Transferências Correntes.

Quanto às Despesas de Capital, considerados os montantes de NCr\$ 104.233.130 (cento e quatro milhões, duzentos e trinta e três mil, cento e trinta cruzeiros novos), do Subanexo em exame; e de NCr\$ 39.474.000 (trinta e nove mil

lhões, quatrocentos e setenta e quatro mil cruzeiros novos) do Orçamento vigente, verifica-se uma majoração, para o próximo exercício financeiro, de NCr\$ 64.759.130 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e trinta cruzeiros novos).

As razões do aumento, dentro das referidas rubricas de Despesa de Capital, podem ser encontradas no planejamento da Construção Naval, para o qual é destacado a dotação de NCr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros novos).

A relação de aumento das despesas de Capital, em confronto com as de Custeio — que, em 1966, era de 0,8% — marcou, em 1967, o índice de 0,12%, elevando-se a 0,24% na programação para 1968. Deve-se essa situação ao fato de ser absolutamente necessária a substituição de unidades obsoletas, renovando-se o material flutuante, como imperativo de segurança nacional.

Além, no setor da indústria naval, verifica-se a marca de eficiência do atual Ministro da Marinha, o qual fez cristalizar-se no presente subanexo, mediante inscrição de recursos específicos, a política de desenvolvimento da nova marinha brasileira, inclusive com a programação de incentivo à construção naval, através de contratos com estaleiros particulares nacionais.

Não é, pois, desarrazada a cifra do aumento de NCr\$ 178.915.477 (cento e setenta e oito milhões, novecentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e sete cruzeiros novos), consignada no presente Subanexo, à vista dos totais gerais de NCr\$ 532.589.077 (quinhentos e trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, setenta e sete cruzeiros novos), da previsão para 1968, e de NCr\$ 353.673.600 (trezentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e setenta e três mil e seiscentos cruzeiros novos), do Orçamento em execução.

Assim, considerando os elementos descritos no presente Subanexo 5.11.00 — Ministério da Marinha — opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Bezerra Neto*, Relator. — *Fernando Corrêa*. — *Antônio Carlos*. — *João Cleofas*. — *Clodomir Millet*. — *Carlos Lindenberg*. — *Adolpho Franco*.

Parecer nº 622, de 1967

O SR. PRESIDENTE:

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1967, (número 580-B-67 — na Câmara dos Deputados), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1968.

Relator: Senador Clodomir Millet

Anexo 5.00.00 — Poder Executivo Subanexo 5.15.00 — Ministério do Trabalho e Previdência Social

Neste Subanexo a despesa da União para o próximo exercício financeiro (1968) está fixada em NCr\$ 130.166.677,00 (cento e trinta milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros novos), sendo:

Despesas Correntes	124.803.090
Custeio	31.718.225
Transferências Correntes	93.084.865
Despesa de Capital	5.363.587
Investimentos	3.070.033
Inversões Financeiras	500.000
Transferências de Capital	1.793.554

Total 130.166.677

Examinando-se o quadro de demonstração da despesa por unidade orçamentária e programas, verifica-se que a soma mais apreciável e destinada à rubrica "Assistência e Previdência", com NCr\$ 101.765.222 (cento e um milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros novos) aproximadamente 78% (setenta e oito por cento), da dotação global, dos quais NCr\$ 51.847.110 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e dez cruzeiros novos) estão consignados à Legião Brasileira de Assistência.

Para o exercício corrente foram consignados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social NCr\$ 75.543.770 — (setenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros novos) com uma diferença a maior, portanto, para 1968, de NCr\$ 54.622.907 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e sete cruzeiros novos), que, em termos percentuais, representam um acréscimo da ordem de 72% (setenta e dois por cento), expressivo, não resta dúvida, mas mesmo assim insuficiente para suprir as reais necessidades daquele Ministério. Não há emendas a discutir.

Queremos, porém, referir, por nos haver chamado a atenção que, além dos gastos normais a serem atendidos com tão minguados recursos, desses recursos NCr\$ 4.855.395 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa e cinco cruzeiros novos) aparecem como amortização e juros da Dívida da União à Previdência Social.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto de Lei número 105, de 1967 (número 500-B-67 — na Câmara) na parte referente ao Subanexo 5.15.00 — Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Clodomir Millet*, Relator. — *Fernando Corrêa*. — *Antônio Carlos*. — *João Cleofas*. — *Bezerra Neto*. — *Carlos Lindenberg*. — *Adolpho Franco*. — *Leandro Maciel*.

O SR. PRESIDENTE:

O expediente lido vai à publicação. A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações: número 866, do Senhor Senador Teotônio Vilela, ao Senhor Ministro da Educação e Cultura; número 867, do Senhor Senador Raul Giuberti, ao Senhor Ministro da Saúde; número 868, do Senhor Senador Marcello de Alencar, ao Senhor Ministro dos Transportes; número 869, do Senador Lino de Mattos ao Senhor Ministro da Educação e Cultura e número 870, do Senador Lino de Mattos ao Senhor Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — A propósito de requerimentos de informações, a Presidência deseja comunicar ao Plenário que a apresentação dos mesmos, feita numa sessão, não será seguida de sua leitura na mesma sessão.

O requerimento constará do expediente da sessão seguinte e será depois publicado, para receber o despacho.

Este critério, além de regimental, é aconselhável, dado que a leitura dos requerimentos de informações, na própria sessão em que são apresentados, priva a Mesa da oportunidade de analisar, de acordo com o Regimento, a viabilidade dos mesmos.

Em algumas oportunidades, por sinal frequentes, ocorre que a leitura do requerimento dá a impressão de que o mesmo recebeu tramitação. Em

seguida, entretanto, a sua análise implica num despacho da Presidência que, ou trunca o andamento, ou indefere o requerimento, ou remete o requerimento para comissão ou Plenário, constituindo, afinal de contas, surpresa ao próprio requerente, que supunha da leitura teria decorrido, a publicação natural e seu deferimento consequente.

Assim sendo, como se avoluma, dia a dia, o processamento de requerimentos de informações, em virtude, inclusive, das novas disposições constitucionais, que levam os Senhores Senadores a precisar de mais elementos oferecidos pelo Executivo, para bem exercer a sua atividade legislativa, é necessário que seja aplicada o Regimento nos termos anunciados.

De modo que os Senhores Senadores apresentarão o requerimento numa sessão e o mesmo constará do expediente da sessão seguinte, seguindo-se a publicação e depois o despacho, conforme determina o Regimento Interno. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O primeiro orador inscrito é o Senhor Senador Adolpho Franco, a quem dou a palavra.

O SR. ADOLPHO FRANCO:

(*Lê o seguinte discurso*) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, recebemos eu e os eminentes colegas Gouvêa e os eminentes colegas Gouvêa incumbência de representar o Senador Vieira e Desiré Guarani, a honrosa do Federal na XXII Reunião de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, recentemente realizada na Cidade do Rio de Janeiro, nos dias 25 a 30 de setembro próximo passado.

Presentes que estivemos às reuniões plenárias, podemos transmitir a esta Casa as nossas impressões, o que combinamos fazer distribuído as tarefas, cabendo a este Senador que ora vos fala fixar os aspectos políticos e econômicos da importante Conferência.

Não exagero ao declarar que os pontos altos e culminantes do Congresso, foram os pensamentos e palavras externadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, pelo Sr. George D. Woods, Presidente do Banco Mundial, do Sr. Pierre Schwellitzer, Presidente do Conselho Executivo e Diretor Gerente do Fundo Monetário Internacional, do Sr. Professor Delfim Neto, eminente Ministro da Fazenda do Brasil, representando o pensamento de 19 países latino-americanos, o que foi para nós brasileiros, motivo de orgulho e satisfação, e o discurso do Sr. Michel Debré, Ministro da Economia de França.

Devo afirmar que a tônica da conferência, foi a defesa dos países subdesenvolvidos, tese aberta para a discussão com as seguintes palavras do Presidente Costa e Silva, proferidas na instalação das reuniões:

"Com efeito, só avançaremos na solução adequada de tais problemas se realizarmos uma apreciação equilibrada dos interesses globais de nossos países.

Por esse método, poderemos chegar, em melhores condições de segurança, a medir as diferenças a vencer entre as áreas mais desenvolvidas e aquelas que reclamam e merecem um tratamento apropriado às suas necessidades de progresso. As nações mais favorecidas já estão, felizmente, advertidas para o fato de que sua tranquilidade, no contexto da política internacional, depende em linha direta do desenvolvimento

das nações mais pobres ou mais pressionadas pelas desigualdades sociais".

Ouvidas estas palavras do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, assistimos no mesmo sentido, com a mesma intenção, o brilhante discurso do Presidente do Banco Mundial, Sr. Jorge D. Woods, proferido na linha Kennedyana de apreço e amor a humanidade e que, assim, concluiu:

"Constitui para o grupo do Banco e para os seus governos membros uma orgulhosa missão empenhar-se numa finalidade: bre. Existem neste planeta os conhecimentos e os recursos para que se crie um futuro no qual a humanidade possa contar com alimentação, vestuário e habitação condignos e, além disso, no qual, homens e mulheres, individualmente, possam dedicar sua capacidade para melhorar a vida de todos os seus semelhantes.

Agora, congregamos todos os nossos esforços e habilidades para possamos transformar esse futuro em realidade".

Não precisamos frisar o alto conteúdo humano dessas palavras tão expressivas e tão auspiciosamente proferidas. Sentimos crescer, assim, a importância dessa reunião ordinária dos organismos internacionais, a que assistimos como representantes desta Casa do Legislativo Brasileiro, e verificamos que ali foram tomadas decisões relevantes para a economia mundial. A liquidez internacional, com os direitos especiais de saque iguais para todos os países integrantes do Fundo e o financiamento em moeda estrangeira integral para os investimentos públicos e privados, assistidos pelo Banco Mundial, assurem esses já anteriormente ventilados nesta Casa pelos meus ilustres colegas de Delegação, Senadores Desiré Guarani e Gouvêa Vieira, constituíram, por certo, pontos altos e de grande importância para o Mundo, no sentido que se pretende desenvolver e se está desenvolvendo para o equilíbrio e a sobrevivência da humanidade.

O Ministro da Economia de França, Sr. Michel Debré, em uma oração breve, mas brilhante e incisiva, trouxe para a reunião o calor do debate, necessário para despertar as Delegações o estudo de novas teses. Diferenciando, no interesse do país que representava, a necessidade da volta ao padrão ouro, por excelência, com o que a ajuda aos países em desenvolvimento só poderá ser feita com a aceitação de um sacrifício pelos países desenvolvidos. Não se pode, ao mesmo tempo, pregar uma ajuda aos países pobres e burocratizar egoisticamente o conforto dos países ricos. Não se pode, ao mesmo tempo, pregar uma ajuda maciça aos países pobres e atorgar aos países ricos, a possibilidade de diminuição rápida do esforço de trabalho.

Ao lado de constataremos esse interesse geral na defesa dos países subdesenvolvidos, foi para nós brasileiros extremamente honroso constatar a posição de liderança que vimos assumindo na defesa da vida econômica, financeira e social da América Latina.

Saimos, o Brasil e o seu Governo, onde é justo que saientemos a ação brilhante, inteligente e eficaz do Ministro da Fazenda do Brasil, Professor Delfim Neto, fortalecidos e prestigiados no mundo das finanças internacionais.

Vimos que as autoridades monetárias mundiais, modificando aliás os seus pensamentos anteriores, aprovaram, louvaram e acataram o nosso programa gradualista de estabilização, iniciado na época própria, preparado

o executado no Governo Castelo Branco. No julgamento do mundo monetário internacional, estamos alcançando com segurança a estabilização da nossa moeda, se precisarmos lançar meios do denominado "tratamento do choque", que, por certo, teria imposto ao povo brasileiro maiores sofrimentos e que poderia ter posto em risco a nossa sobrevivência econômica, política e social.

Fr. Presidente, eis, em rápida análise, o que vimos, assistimos e anotamos na reunião do Rio de Janeiro. Foi uma grande experiência, que pretendemos trazer para os trabalhos desta Casa, ao lado do quadro humano e emocionante de termos presenciado a comunidade de 106 países do nosso mundo, homens de todas as raças e credos, defenderem com a dor o direito de viverem com dignidade, paz, prosperidade e independência. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho, por cessão do Sr. Senador Edmundo Levi.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Tem a palavra o Sr. Senador Filinto Müller, por cessão do Sr. Senador Lino de Mattos.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, pedi a palavra para comunicar a V. Ex.^a que vou enviar à Mesa projeto de lei através do qual se declara de utilidade pública o Touring Club do Brasil.

A título de justificação deste projeto vou dizer aqui algumas palavras para acentuar e ressaltar a importância que tem o Touring Club do Brasil na nossa vida como elemento de colaboração com as autoridades, nos vários setores das nossas atividades.

Entre as instituições de elevada beneficência e real utilidade pública existentes em nosso País, pode alinhar-se o Touring Club do Brasil.

Fundado em 1923, nos 44 anos de sua existência, a larga folha de serviços prestados à Nação e à coletividade em geral, justifica, sem dúvida, esse reconhecimento.

Não se trata de uma organização destinada, exclusivamente aos interesses restritos de seus associados, mas atenta, devotada e atuante, como valioso elemento de colaboração com o poder público na solução dos relevantes problemas atinentes ao bem geral, sobretudo nos setores dos transportes, do trânsito e do turismo.

Contribuiu, apreciavelmente, para a formação da consciência rodoviária no País, devendo-lhe a construção do Monumento Rodoviário (1927), bem como os primeiros estudos para melhoria da ligação Rio—São Paulo, a concepção do sistema de estradas "Circuito da Boa Visinhança" ligando Rio—Assunção—Buenos Aires—Montevideo (1941), o Código Nacional de Trânsito, a iniciativa do Plano de Construção da Terminal Rodoviária "Mariano Procópio", por longos anos sob sua administração (prestada gratuitamente), a realização do 1º Congresso Nacional de Carburantes, a iniciativa da realização das primeiras Semanas Educativas do Trânsito.

Neste particular, devo dizer que fui testemunha da valiosa cooperação prestada pelo Touring Club do Brasil. Naquela oportunidade era eu, então, Chefe de Polícia do Distrito Federal quando realizamos a Primeira Semana Educativa do Trânsito, com êxito absoluto devido, principalmente, a es-

sa colaboração do Touring Club do Brasil.

A construção do Pousa "Fernão Dias", o estabelecimento da sinalização indicativa e itinerária (cobrindo grande parte do território nacional), a circulação internacional de automóveis, criação de serviços técnicos de assistência automobilística, dentro do seu Plano de Expansão Nacional.

Sua atuação visando a preservar e valorizar as belezas naturais e o patrimônio cultural, histórico, cívico e estético, não é menos louvável, sendo de se destacar a criação da "Semana da Asa", a do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, a da Semana do Silêncio, a iniciativa de realização do 1º Congresso de Hidrocarburos e do de Transportes Coletivos, entre outros. Como instrumento prático, para consecução daqueles serviços, mantém o "Touring Serviço".

No setor de Turismo, cabe ao Touring Club, não somente a laurea de pioneiro, nos esforços para implantação de uma política turística nacional, como a realização de sólidos estudos para sua efetivação.

Observou e pesquisou com profundidade o nosso potencial turístico, para chegar à elaboração de planos e programas (hoje, apreciados e divulgados no exterior) capazes de assegurar à Nação Brasileira êxito certo no campo do Turismo Internacional.

Não se limita, entretanto, a instituição, a esse trabalho, mas prossegue agindo, com nobre interesse e firmeza para que sejam removidas as eventuais dificuldades à efetivação, pelo poder público, dos citados planos.

No tocante à Assistência Turística, tem o Touring Club, ainda, primazia na prestação, gratuita (desde 1927) de serviços nos aeroportos e gares marítimas, bem como na elaboração do material necessário, guias, mapas, roteiro etc., de distribuição franca.

A magnífica revista "Touring" editada sob os auspícios da instituição, secundando, eficientemente, os esforços da entidade no sentido da difusão dos atrativos turísticos do País, dentro e fora dele.

Por todas estas razões, entendo ser de justiça conceder-se ao Touring Club do Brasil o prêmio de considerá-lo de utilidade pública, motivo por que encaminho à Mesa o presente projeto. (Muito bem!)

É o seguinte o projeto:

PROJETO

LEI DO SENADO

Nº 66, de 1967

Considera de utilidade pública o Touring Club do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É considerado de utilidade pública o Touring Club do Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Entre as instituições de elevada beneficência e real utilidade pública existentes em nosso País, pode alinhar-se o Touring Club do Brasil.

Fundado em 1923, nos 44 anos de sua existência, a larga folha de serviços prestados à Nação e à coletividade em geral, justifica, sem dúvida, esse reconhecimento.

Não se trata de uma organização destinada, exclusivamente aos interesses restritos de seus associados, mas atenta, devotada e atuante, como valioso elemento de colaboração com o poder público na solução dos relevantes problemas atinentes ao bem geral, sobretudo nos setores dos transportes, do trânsito e do turismo.

Contribuiu, apreciavelmente, para a formação da consciência rodoviária

no País, devendo-lhe a construção do Monumento Rodoviário (1927), bem como os primeiros estudos para melhoria da ligação Rio—São Paulo, a concepção do sistema de estradas "Circuito da Boa Visinhança" ligando Rio—Assunção e Buenos Aires—Montevideo (1941), o Código Nacional de Trânsito, a iniciativa do Plano de Construção da Terminal Rodoviária "Mariano Procópio", por longos anos sob sua administração (prestada gratuitamente), a realização do 1º Congresso Nacional de Carburantes, a iniciativa da realização das primeiras Semanas Educativas do Trânsito, a construção do Pousa "Fernão Dias", o estabelecimento da sinalização indicativa e itinerária (cobrindo grande parte do território nacional), a circulação internacional de automóveis, criação de serviços técnicos de assistência automobilística, dentro do seu Plano de Expansão Nacional.

Sua atuação visando a preservar e valorizar as belezas naturais e o patrimônio cultural, histórico, cívico e estético, não é menos louvável, sendo de se destacar a criação da "Semana da Asa", a do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, a da Semana do Silêncio, a iniciativa de realização do 1º Congresso de Hidrocarburos e do de Transportes Coletivos, entre outros. Como instrumento prático, para consecução daqueles serviços, mantém o "Touring Serviço".

No setor de Turismo, cabe ao Touring Club, não somente a laurea de pioneiro, nos esforços para implantação de uma política turística nacional, como a realização de sólidos estudos para sua efetivação.

Observou e pesquisou com profundidade o nosso potencial turístico, para chegar à elaboração de planos e programas (hoje, apreciados e divulgados no exterior) capazes de assegurar à Nação Brasileira êxito certo no campo do Turismo Internacional.

Não se limita, entretanto, a instituição, a esse trabalho, mas prossegue agindo, com nobre interesse e firmeza para que sejam removidas as eventuais dificuldades à efetivação, pelo poder público, dos citados planos.

No tocante à Assistência Turística, tem o Touring Club, ainda, primazia na prestação gratuita (desde 1927) de serviços nos aeroportos e gares marítimas, bem como na elaboração do material necessário, guias, mapas, roteiro, etc., de distribuição franca.

A magnífica revista "Touring", editada sob os auspícios da instituição, secundando, eficientemente, os esforços da entidade no sentido da difusão dos atrativos turísticos do País, dentro e fora dele.

Por todas estas razões, entendo ser de justiça conceder-se ao Touring Club do Brasil o prêmio de considerá-lo de utilidade pública. — Filinto Müller.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, há dias li, da tribuna desta Casa, telegrama recebido do Líder do MDB na Assembleia Legislativa do Maranhão, acusando violências que se praticavam, naquele Estado, sem as medidas adequadas cabíveis, por parte do Governo do Estado.

Apelei, então, para a Liderança do Governo, no Senado. Ao nobre Senador Eurico Rendeau entreguei cópia do telegrama, e, em minha presença, S. Ex.^a elaborou despacho que dirigia ao Sr. Governador do Maranhão, pedindo-lhe os esclarecimentos necessários e as devidas providências.

Infelizmente, até este instante, a Oposição não mereceu a informação, o que não é de surpreender, aliás, porque esse é o procedimento normal do quadro dominante no País.

Acontece, porém, que acabo de receber outro telegrama de São Luís do Maranhão, já agora acusando violência praticada por autoridade policial federal.

É nestes termos o telegrama:

(Lendo)

Senador Josaphat Marinho

Congresso Nacional

Brasília, D. Federal.

Comunicamos a suspensão arbitrária, por oito dias, da Rádio Educadora, mediante portaria ilegal do Subdelegado de Polícia Federal, Major José Belchior, alegando irradiação de comentário supostamente subversivo, que analisava as causas da dependência econômico-social do país. Ontem a Bancada da Assembleia requereu moção de aplausos à nota-protesto do Arcebispo Dom João José Mota e Albuquerque, cuja votação foi adiada por pressão da maioria arenista. O Arcebispo impetrou mandado de segurança, havendo o Juiz Federal, alegando incompetência, remetido o processo à Justiça Militar. Segue ampla divulgação de necessário protesto. Saudações. Ass.^a Ivaldo Perdigão, Presidente em exercício do Diretório do MDB (Serra), Líder Assembleia. Deputado Domingos Freitas Diniz.

Já a imprensa noticiou o fato, manifestando estranheza por ser uma autoridade meramente policial que se investe do poder de censurar e suspender uma rádio educadora, e de modo tanto mais abusivo quanto se trata de instituição, dirigida por autoridade do Clero do Maranhão.

A preocupação de descobrir subversão no exercício da liberdade do pensamento conduz o Governo a apontar criminosos até entre os dirigentes do Clero.

Não sei se haverá providência que venha a ser tomada. O que sei é que subversivo é esse procedimento do Governo, desrespeitando a liberdade de manifestação do pensamento, garantida pela própria Constituição.

Subversivos não são os movimentos, nem os partidos, que se opõem a esses abusos.

O Movimento Democrático Brasileiro tem protestado contra essa deturpação da ordem institucional do País, já por natureza autoritária. Protesta, hoje, igualmente, com o MDB, a Frente Ampla, para acentuar ao Governo e aos que lhe estão dando cobertura, que subversão é desrespeitar a liberdade de manifestação do pensamento de cidadãos brasileiros, que podem estar submetidos a um regime de censura, mas não perderem, nem serem, pela violência, a prerrogativa humana de anunciar sua divergência contra toda forma de autoritarismo.

Trago, assim, o fato ao conhecimento do Senado. Se merecer, do Líder do Governo um encaminhamento apropriado e um esclarecimento oportuno sob os termos no que lhe agradecer a atenção. Se providência nenhuma for adotada, restará apenas, aos inconformados, persistirem no exercício do direito que o Governo lhes pode negar, mas que a consciência de nobre cidadão obriga de exercer, no momento devido. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Tem a palavra o Sr. Senador Marcello de Alencar.

SENHOR SENADOR MARCELLO DE ALENCAR PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.
O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência comunica haver recebido requerimentos de informações dos Senhores Teófilo Vilela e Lino de Mattos, ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Os requerimentos mencionados serão, após despachados publicados no Diário do Congresso.

O SR. PRESIDENTE:
(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Rui Palmeira, de acordo com o Art. 163, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. RUI PALMEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, em Alagoas um jovem prefeito perdeu a vida. Ainda não sei em que condições, Senhor Presidente, aconteceu o sacrifício de um bravo e leal companheiro.

Era Edval Lemos um jovem animado de mais puro idealismo. Quase não lhe se engajou nas lutas políticas do meu Estado. Dava tudo a política. Combativo, ele era da linha de frente, nas horas difíceis. Começando a vida, pobre, moço, não tinha tempo de pensar em si. Consumia o seu tempo em aliar, congregar, organizar o seu Partido que era a UDN e hoje a ARENA. Correu, fiel dono de um admirável espírito público, seu pensamento constante era ver o seu Município, Marechal Deodoro, recuperar uma posição que elevo no Estado de fora a Capital do passado. Era ver Alagoas desenvolvida, assegurando ao seu povo a bem estar compatível com os dias do presente.

Elegeram-no duas vezes vereador e por último prefeito. Na Câmara era um lutador sem medo e sem meias palavras. Combatia com a maior valentia e com a maior tranquilidade denunciava os erros dos adversários.

Na Prefeitura estava realizando um admirável esforço em favor do progresso e da renovação da cidade. Fazia uma administração que recebia os aplausos de quem ali viviam ou por ali passavam.

Ali organizou em cooperativa o arcabouço de rendas revelando a visão que tinha dos problemas da sua comunidade.

Tinha uma grande vocação política de Alagoas nos últimos vinte anos com a maior intensidade e dedicação. Era um líder. Perdeu-o Alagoas é uma pena. (Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

- Adalberto Sena
- José Guilomard
- Desiré Guarani
- Milton Trindade
- Moura Patka
- Clodomir Mulet
- Petrônio Portela
- José Cândido
- Paulo Sarasate
- Wilson Gonçalves
- Duarte Mariz
- Domício Gondim
- João Clotças
- Leandro Maciel
- Eurico Rezende
- Raul Guberti
- Aurélio Vianna
- Milton Campos
- Benedicto Valladares
- Carvalho Pinto

O SR. PRESIDENTE:
(Guido Mondin) — Passa-se à
ORDEM DO DIA

Item I:

Discussão em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1967 de autoria do Sr. Senador Desiré Guarani, que dispõe sobre investimentos na Amazônia e no Nordeste, tendo Pareceres nº 668 de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à preliminar da constitucionalidade. Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.
Em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em consequência, está rejeitado o projeto, que será arquivado.

E' o seguinte o projeto arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 1967

Dispõe sobre investimentos na Amazônia e no Nordeste.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas obrigadas à apresentação da declaração de rendimentos que fizeram investimentos em projetos de interesse para o desenvolvimento da Amazônia ou do Nordeste, aprovados pela SUDAM ou pela SUDENE, gozarão dos seguintes benefícios relativamente aos bens ou rendimentos cuja comprovação de investimento tenha dado entrada na SUDAM ou na SUDENE até trezentos e sessenta (260) dias da publicação desta Lei:

a) não será instaurado qualquer processo, inclusive de lançamento ex officio, por inexistência ou falta de declaração desses bens ou rendimentos em declarações do imposto de renda exigidos em qualquer exercício anterior;

b) não se procederá a lançamentos, de qualquer espécie, para cobrança do imposto de renda cujos adquirentes sobre esses bens ou rendimentos relativamente a exercícios anteriores;

c) não será exigida comprovação de origem desses bens ou rendimentos, qualquer que seja a sua proveniência;

d) não serão aplicadas penalidades de qualquer natureza, inclusive por operação ilegítima de câmbio ou por não-pagamento do imposto do selo, previstos no Decreto nº 55.852, de 22 de março de 1965.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do artigo 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 56 de 1967, de autoria do Sr. Senador Desiré Guarani, que dispõe sobre os incentivos fiscais pelas pessoas físicas tendo Parecer, sob nº 639, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à preliminar da constitucionalidade.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em consequência, será rejeitado o projeto, que será arquivado.

E' o seguinte o projeto arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 1967

Dispõe sobre os incentivos fiscais pelas pessoas físicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas sujeitas ao desconto do imposto sobre a renda na fonte sobre salários poderão descontar 20% (vinte por cento) do imposto devido para aplicação como incentivos fiscais, obedecidas as seguintes normas:

a) antes do primeiro dia útil de cada exercício fiscal, o assalariado contribuinte do imposto sobre a renda deverá fazer entrega, à fonte pagadora, de declaração com indicação do setor beneficiário da aplicação da parcela a ser descontada (Amazônia, Nordeste, Turismo, Reflorestamento ou Pesca), na forma de modelo e número de vias a serem fixados no regulamento de que trata o item III da letra d deste artigo;

b) os 20% (vinte por cento) descontados na fonte serão recolhidos, em guia especial, ao Banco do Brasil S. A., em conta a crédito de entidade encarregada do setor beneficiário da aplicação de parcela descontada (SUDAM, SUDENE, EMBRATUR, Ministério da Agricultura ou SUDEPE), conforme se trate, respectivamente, da Amazônia, do Nordeste, de Pesca;

c) quando esgotadas, no prazo de (um) ano, a contar do último dia do depósito referente ao mês de dezembro do exercício fiscal anterior as necessidades de capitalização de projetos de turismo, reflorestamento ou pesca, os créditos aos mesmos destinados deverão ser aplicados em projetos localizados nas áreas da Amazônia ou do Nordeste, a critério do Ministério do Interior;

d) as aplicações dos descontos de que trata este artigo serão:

I — efetuadas em projeto de escolha e indicação da entidade a crédito da qual forem depositados no Banco do Brasil S. A. (SUDAM, SUDENE, EMBRATUR, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ou SUDEPE);

II — representadas por ações, intransferíveis pelo prazo de 10 (dez) anos;

III — regulamentadas por decreto do Poder Executivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 3.

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 79, de 1967, que suspende a execução da Lei Estadual nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961 — Minas Gerais — Julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 666, de 1967).

Em discussão o Projeto. (Pausa). Nenhum Sr. Senador desejando

usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. o Projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79, DE 1967

Suspende a execução da Lei Estadual nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961 — Minas Gerais —, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' suspensa a execução da Lei nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Antônio Balbino — Aloncio de Carvalho — Carlos Lindeberg — Rui Palmeira.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está finda a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos. (Pausa).

Não está presente.

O SR. GILBERTO MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, anunciando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 13 de outubro de 1967

(Sexta-feira)

1

Redações Finais

Discussão em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 676, de 1967, ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1967 (nº 1.639-B-64 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 391.000 00 (trezentos e noventa e um mil cruzeiros novos) para atender ao pagamento de despesas inadiáveis da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

2

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1967, do Sr. Senador Júlio Leite que dá nova redação aos arts. 176, 180, 183 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), (Projeto aprovado, com emenda), tendo Parecer nº 675, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

3

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão

de Redação em seu Parecer nº 677, de 1967, ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, de autoria do Senador Mem de Sá, que altera a redação do inciso II do art. 134 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).

Congresso Nacional

Calendário para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 12-67

(CN), que concede deduções da contribuição devida ao INDA, previstas no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

Dias: 12, 13, 16, 17 e 18.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 132, DE 11 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Maria de Lourdes Botelho Alves, Oficial Legislativo, PL-6, das funções de

Chefe da Seção de Documentação da Secretaria-Geral da Presidência designando, para substituí-la, Stella Mendonça da Cunha, Oficial Legislativo, PL-4.

Secretaria do Senado Federal, 11 de outubro de 1967. — Evandro Mica-
des Vianna, Diretor-Geral.